



# CONFERÊNCIA NACIONAL DAS CIDADES

## V CONFERÊNCIA NACIONAL DAS CIDADES

Auditório Master dia 24/11/2013

Vamos lá pessoal, a gente informar para todos os seguimentos que eles precisam concluir as suas atas, entregar lá no credenciamento para a gente homologar quem está responsável por receber a ata é o Leonardo, funcionário do Ministério das Cidades da CCONCID, então todos os segmentos fazer isso, por favor. Pedi para os companheiros da união, os companheiros da CONAM, chamar a companheira Bartiria pra vir compor a mesa, pedir para os companheiros da união avisar para o companheiros Alcir Ferreira de Matos pra vir compor a mesa. Na sistematização vai ficar a Ivaniza Rodrigues, que vai colaborar com a mesa na sistematização, pedir para os companheiros da produção colocar o texto na tela. Todas e todos estão recebendo esse documento, este documento aqui é um documento de cinco páginas, estão entregando lá na entrada, pedi para as companheiras do apoio trazer um pouco para nós de material, as moças da recepção vir aqui com um pouco de material para nós. Então já está aqui na mesa o nosso companheiro Jair, do segmento de trabalhadores, o companheiro Wanderlei do segmento de empresários e o Carlos Vieira, secretário executivo do ministério. Secretário Inês Magalhães já chegou, sente-se aqui à mesa. Ivaniza, o companheiro Carlos está solicitando para você aumentar a letra para ele. Então pessoal, podemos começar? Então vamos pactuar a nossa regra, nós vamos iniciar os trabalhos de hoje com a votação das propostas de prioridades para o ministério das cidades 2014/2016, é este documento aqui que todas e todos estão recebendo. Segundo o regulamento, aprovado no primeiro dia, as emendas dos grupos de trabalho só podem ser supressivas. Então só terá emenda supressiva, não terá emenda aditiva e nem modificativa, as emendas são supressivas, certo? A gente vai ler a proposta uma a uma, vamos ver se tem solicitação de destaque, não havendo solicitação de destaque a proposta está aprovada e nós vamos fazendo ela de uma a uma, ok?

Bom dia a todos e todas, companheiros de todos os segmentos, vamos começar, né? Grupo um, saneamento ambiental, proposta um “promover a execução das políticas públicas de saneamento básico, datada a lei 11445 de 2007 e o decreto

7.217/2010, pelos diversos entes federados e consórcios públicos, focados na universalização do acesso adequado às infraestruturas do saneamento básico, abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza pública, manejo dos resíduos sólidos e drenagem e manejo de águas pluviais, considerando as peculiaridades das macro regiões brasileiras, suas interfaces com a saúde pública, os recursos hídricos e o meio ambiente, e baseada nas metas fixadas no PLANSAB, Plano Nacional de Saneamento Básico”. Algum destaque? Não tem emenda nem aditiva e nem modificativa, são todas supressivas, tem algum destaque? Não tenho destaque está aprovada, próximo. Proposta dois, “apoiar a elaboração a implantação e execução do plano municipal de saneamento básico e dos planos de gestão integrada de resíduos sólidos com a implementação dos instrumentos previstos nas leis número 11445/07 e 12305/10 bem como a capacitação dos agentes locais, técnicos e gestores municipais e a sociedade civil, com o objetivo de planejamento do setor, promovendo a discussão com a comunidade local, visando orientar as prioridades de investimento às suas necessidades e aplicação imediata dos preceitos esculpido na legislação do setor e prorrogar o prazo para a apresentação dos planos municipais de saneamento básico quando do acesso a recursos federais do setor de saneamento, a partir do exercício financeiro de 2014, alterando o parágrafo segundo o artigo 26 do decreto 7.217/2010 para dezembro de 2015, além de envidar esforços necessários para a fixação do novo prazo para o plano de gestão integrada de resíduos sólidos para dezembro de 2015”. Algum destaque? Não havendo destaque está aprovada, próxima. Proposta três, “Buscar o comprometimento das esferas de governo, pelo fortalecimento da gestão, exclusivamente pública e integrada na prestação de serviços de saneamento básico, abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza pública e manejo dos resíduos sólidos, drenagem e manejo de águas pluviais, dotadamente no fortalecimento das empresas públicas e assegurar a aprovação do PLANSAB, Plano Nacional de Saneamento Básico pelo governo federal no prazo máximo de quinze dias, a partir da publicação, conforme preconizado no decreto 8141/2013, de 20 de novembro de 2013 da presidência da república”. Algum destaque? Destaque, venha apresentar, destaque é supressivo, tem alguém que defenda a manutenção do texto? Então o companheiro pela supressão, e pela manutenção vê aí Clovis, tem tu e o Landa... Companheira Gorete da CONAM já está aqui compondo a mesa...

Bom dia senhores, eu sou partidário realmente de fazer a supressão porque está falando lá só da questão exclusivamente pública, existem empresas de saneamento hoje que são por concessão, são economias mistas e tem até a situação de

concessão privada. Então isso vai dar um conflito, é o caso do Paraná, por exemplo, que tem a SANEPAR, ela é economia mista e inclusive majoritariamente hoje tem até privado, tem capital do estado, mas não é majoritário. Então eu sou pela supressão.

Obrigado, Clovis. Passa o microfone para o Clovis, ele vai defender a manutenção do texto.

Bom dia companheiras e companheiros, foi exatamente porque água é um bem essencial à vida que nós colocamos exclusivamente pública.

Ok, crachá na mão, em regime de votação, proposta um é a manutenção do texto, proposta dois é a supressão do texto. Quem vota pela manutenção do texto levanta o seu crachá. Pode baixar. Quem vota pela supressão do texto, levanta o seu crachá. Abstenções? Ok, está mantido o texto original (aplausos).

Proposta quatro “garantir e ampliar recursos do governo federal pelo PAC saneamento, através do Ministério das Cidades e FUNASA e uso da lei do petróleo, número 9478 de 97, para ações de saneamento básico que contemplem os componentes do saneamento básico, abastecimento de água, prioritariamente a área de redução de perda de águas, esgotamento sanitário, limpeza pública e manejo dos resíduos sólidos e drenagem e manejo de águas pluviais, inclusive para pesquisa, criar um fundo nacional para universalização, com recursos provenientes do PIS/COFINS, sem prejuízo de outras fontes, priorizando investimentos em áreas de baixo indicadores sociais e áreas rurais e reestruturação dos prestadores de serviço do setor com a desburocratização na obtenção e aplicação dos recursos”.

Tem algum destaque? Não tendo nenhum destaque está aprovado, eu queria perguntar para os companheiros se essa luz aqui em cima da mesa é obrigatório, porque a gente não consegue visualizar o plenário do lado daqui e nem o plenário do lado daqui... não havendo destaques está aprovado, próxima. Queria chamar o Yuri Rafael do Ministério das Cidades para vir para a mesa, por favor.

Proposta cinco “Integrar transversalmente as políticas, os investimentos e ações públicas de habitação, saneamento, trânsito, transporte e mobilidade, superar a cultura da fragmentação, criar mecanismos e instrumentos para garantir o acesso e a otimização da aplicação integrada dos fundos específicos que sejam em conformidade com o que preconiza a constituição federal e legislações complementares para ofertar habitação nos padrões de infraestrutura urbana e sustentabilidade, priorizando a qualidade de vida dos cidadãos”.

Algum destaque? Tem destaque... Tem alguém que mantenha o texto? Marcos Landa, vê aí quem é, por favor, tem mais de um...

Essa proposta cinco ela foi votada no âmbito do grupo quatro, financiamento da política urbana e tem alterações no texto. Então eu sugeriria a supressão dessa proposta e a discussão dela no âmbito do grupo quatro.

Quem vai defender a manutenção?

Campani da Associação de Engenharia Sanitária, a gente defende a manutenção porque aqui está espelhando na área do saneamento a adesão, a entrada, a convicção na área do saneamento que nós temos que ter um sistema de desenvolvimento urbano que integre todos os setores, que vivem dentro de uma cidade, que são gestados dentro de uma cidade e aqui está a expressão do que a gente pensa em termos de integração dos setores e se a gente é a favor do sistema de desenvolvimento urbano a gente tem que votar a favor dessa proposta (aplausos).

Obrigado companheiro, a proposta um é a manutenção do texto, proposta dois é a supressão do texto. Quem vota na proposta um pela manutenção do texto, levante o crachá, pode baixar. Quem vota na proposta dois pela supressão do texto, levante o crachá, pode baixar. Abstenções? Está mantido o texto, próxima, com isso encerramos o grupo de saneamento, vamos para o grupo da mobilidade urbana.

Grupo dois, mobilidade urbana e trânsito, proposta seis “garantir recursos do AGU para investimento e programas e ações afim de garantir padronização de calçadas, estando essas assumidas pelo poder público, sinalização de vias, adaptação e fiscalização de vias, e do transporte público para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida”.

Algum destaque? Não tem destaque, está aprovada, próxima.

Proposta sete “a política nacional de desenvolvimento urbano deve priorizar o transporte público de alta capacidade acessível a todos, acessibilidade física, acessibilidade sócio econômica, considerando os modos ferroviários, VLT, metroferroviário, hidroviário e cabotagem em todas as cidades, de modo a tornar o trânsito menos caótico por meio de sistema de mobilidade com perspectiva intermodal, deve também exigir apoiar técnica e financeiramente a elaboração de planos diretores cicloviários nas cidades e regiões metropolitanas, por fim, devem ser criados programas de mobilidade voltados para a região amazônica”.

Algum destaque? Não tendo destaque está aprovada, próxima.

Proposta oito “criar fundo nacional de mobilidade urbana, atrás da cobrança da taxa de 1% em toda transação de compra e venda de veículos, além da aplicação de 100% da CID sobre a gasolina para o transporte urbano, de 2% do AGU por dez anos, da utilização dos recursos arrecadados pelo IPVA com a taxação de estacionamento nos polos geradores de tráfego sobre o uso e ocupação do solo urbano e dos pedágios urbanos nas grandes cidades”.

Algum destaque? Sem destaques, está aprovada, próxima.

Proposta nove “implementar as propostas do pacto nacional de mobilidade urbana, conforme resolução do conselho nacional das cidades de 02 de outubro de 2013 e incentivar e financiar a elaboração participativa dos planos de mobilidade e acessibilidade urbana integrado com o plano diretor municipal, concomitante com a capacitação e apoio técnico aos agentes locais”.

Algum destaque? Sem destaque, está aprovada, próxima.

Proposta dez “garantir apoio técnico e financeiro aos municípios, regiões metropolitanas e consórcios metropolitanos na elaboração e implantação dos seus planos de mobilidade, atendendo a lei 12587 de 2012, lei de mobilidade urbana, bem como o atendimento a lei 10048 de 2000, lei de acessibilidade e o decreto 296 de 2004, o decreto de acessibilidade, visando extinguir barreiras urbanísticas e arquitetônicas de espaços e equipamentos públicos, bem como espaços e equipamentos privados, para a melhoria da circulação humano no contexto urbano, priorizando o programa de redução de mortos e feridos no trânsito da década da ONU na redução de 50% dos mortos no trânsito, implantação de modais de circulação e transportes adequados às características e demandas de cada cidade, variando a circulação pedestrianizada e cicloviária, passando por transportes coletivos motorizados, podendo até a chegar a transportes públicos de grande capacidade como os transportes sobre trilhos”.

Algum destaque? Não tem destaque, está aprovada, próxima.

Grupo três, capacitação e assistência técnica, proposta onze “incentivar consórcios públicos para tratar do desenvolvimento urbano dos municípios e viabilizar a execução e gestão de serviços comuns e o fortalecimento regional, com o aporte de recursos do governo federal e estadual para o convênio com universidades, ONGs, entidades de classe e acadêmica e de pesquisa, profissionais de engenharia,

arquitetura e geografia, assistência social e jurídica para atendimento a lei 11888 de 2008 de assistência técnica”.

Algum destaque? Não tem destaque, está aprovada, próxima.

Proposta doze “fortalecimento institucional do governo para o planejamento urbano, provendo a integração do ministério das cidades com órgãos setoriais e com incentivo à formação de equipes multidisciplinares, objetivando atingir maior igualdade social, através da utilização dos instrumentos do estatuto das cidades, garantindo cidades mais humanizadas e mais sustentáveis”.

Algum destaque? Não tem destaque está aprovada, próxima.

Proposta treze, “implementar e apoiar a lei federal número 11888 de 2008 de assistência técnica gratuita à população de baixa renda através de ação continuada e específica para assistência técnica à liberação de recursos financeiros aos estados, municípios e entidades”.

Algum destaque? Não tendo destaque, está aprovada, próxima.

Proposta quatorze “lei da assistência técnica, instituir grupo de trabalho de assistência técnica, arquitetura, engenharia, urbanismo ambiental e técnica social vinculados aos conselhos municipais e conselhos estaduais das cidades com o apoio do ministério das cidades e conselho nacional das cidades, com o objetivo de: 1) regulamentar a lei de assistência técnica gratuita às populações de baixa renda nos níveis estadual e municipal; 2) garantir e operacionalizar no orçamento municipal, estadual e federal recursos para a aplicação dessa lei; 3) incluir recursos para esse fim nos planos de regularização fundiária, reassentamento e urbanização de interesse social”.

Algum destaque? Não tendo destaque está aprovada.

Proposta quinze, “Apoiar e capacitar os pequenos municípios na implementação de políticas públicas, criação de sistema de desenvolvimento urbano municipal, disponibilizando recursos técnicos e financeiros para a elaboração e implementação do plano diretor participativo”.

Tem algum destaque? Não tem nenhum destaque, está aprovada, próximo grupo.

Grupo quatro, financiamento da política urbana, proposta dezesseis, “implementação do FNDU, Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano, para a aplicação nas

políticas de desenvolvimento urbano veiculado à criação de instrumentos para a fiscalização na aplicação dos recursos do fundo, permitindo o controle social”.

Algum destaque? Não tem destaque, está aprovada, próxima.

Proposta dezessete “ampliar, priorizar e desburocratizar o repasse de recursos do governo federal e do fundo de desenvolvimento urbano, inclusive para os municípios com menos de cinquenta mil habitantes e com baixo IDH, implementando programas e políticas setoriais de desenvolvimento urbano e de infraestrutura, considerando as peculiaridades regionais e locais, garantindo a sustentabilidade ambiental”.

Algum destaque? Sem destaques, está aprovada, próxima.

Proposta dezoito, “Que o ministério das cidades constitua um grupo de trabalho para discutir junto a ANA e demais órgãos competentes a composição do fundo nacional de desenvolvimento urbano que alcance os fundos municipais, estaduais, Distrito Federal por meio do aporte das cobranças das outorgas numerosas pelo uso da água.

Algum destaque? Não tem destaque está aprovado.

Proposta dezenove “Estabelecer diretrizes e critérios gerais para a criação dos fundos municipais de desenvolvimento urbano, o qual deverá ocorrer com suporte técnico institucional do governo federal e estadual, visando maior autonomia para gestão dos recursos pelos municípios, a aplicação dos recursos deverá ser alinhada às diretrizes nacionais observando as especificidades locais”.

Algum destaque? Não tem destaque, está aprovada, próxima.

Proposta vinte “integrar transversalmente as políticas públicas, o planejamento das ações de saneamento, habitação, trânsito, transporte, mobilidade, acessibilidade, superar a cultura da fragmentação, criar mecanismos para garantir o acesso e a otimização na aplicação integrada dos fundos específicos que estejam em conformidade com o que preconiza a constituição federal e as legislações complementares, para ofertar habitação e condições de habitabilidade com infraestrutura urbana sustentável e acessível, respeitando os padrões das novas técnicas vigentes, priorizando a qualidade de vida dos cidadãos e objetivando o desenvolvimento das cidades humanizadas”.

Algum destaque? Não tem destaque, está aprovada, próxima.

Grupo cinco, Participação, controle social e conselhos. Proposta vinte e um “Criação de conselhos: Ficam obrigados todos os entes federados, até a próxima conferência nacional das cidades a criar e implementar seu conselho das cidades por lei, com caráter consultivo e deliberativo, com os respectivos fundos, os repasses de recursos aos estados e municípios deverão ser vinculados ao funcionamento dos respectivos conselhos das cidades, os segmentos devem garantir a representatividade de raça, gênero e etnia com percentual idêntico ao conselho nacional das cidades”.

Algum destaque? Não tem destaque, está aprovada, próxima.

Proposta vinte e dois “Capacitação dos conselheiros: implementar política de capacitação e formação continuada de conselheiros, das equipes técnicas municipais e estaduais e federal, dos movimentos populares, dos segmentos da sociedade civil em geral sobre os programas de políticas do sistema nacional de desenvolvimento urbano”.

Algum destaque? Só tem emenda supressiva, você quer destaque? A emenda é só supressiva. Não tem destaque, está aprovada, próxima.

Proposta vinte e três “Transparência: Implementar mecanismos de apoio à criação do conselho das cidades, enquanto espaços permanentes de discussão e deliberação de políticas públicas, de desenvolvimento urbano com transversalidade entre as esferas de governo, superando a cultura da fragmentação, criando mecanismos e instrumentos para garantir o acesso e a otimização da aplicação financeira dos fundos específicos, garantindo que os planos e os programas e projetos da área de desenvolvimento urbano sejam discutidos e aprovados pelos conselhos das cidades com ampla transparência e controle social efetivo”.

Algum destaque? Não tem destaque, está aprovada, próxima.

Proposta vinte e quatro “Composição e atribuição dos conselhos das cidades: promover a reestruturação de todos os conselhos municipais e estaduais das cidades: 1) garantindo a participação majoritária da sociedade civil, conforme proporcionalidade já adotada no conselho nacional das cidades; 2) garantindo cota de participação dos segmentos de gênero, grupos étnicos, LGBT, povos e comunidades tradicionais no conselho das cidades; 3) fortalecendo o poder de deliberação do conselho das cidades nas decisões das políticas públicas intersetoriais: habitação, saneamento, infraestrutura, planejamento urbano, ordenamento territorial, transporte e mobilidade; 4) tornando vinculantes para as

ações do ministério das cidades as resoluções do conselho nacional das cidades aprovadas com o quórum qualificado”.

Algum destaque? Tem dois destaques para a supressão, combinem aí quem vai... Tem alguém que mantém o texto? O Carlos.

Bom, eu sou a Olga, eu quero tirar no inciso dois, suprimir a palavra cotas, acho que nós todos temos capacidade, então não tem que ter cota pata segmento não.

Complementando Miguel, é todo inciso dois, não é só cotas não.

Supressão de todo o inciso dois, é essa a proposta?

É...

O Carlos vai defender a manutenção do texto como está...

Olha, eu vou falar uma coisa, todos nós não podemos fazer a distinção de ninguém, não adianta falar que não tem que ter cotas para entrar por segmentos, todo mundo tem direito, a lei é clara, todo mundo é igual perante a lei. Então nós precisamos, nós que somos líderes comunitários, associação de classes, moradores e essas coisas... vamos manter o texto, precisamos cumprir a constituição federal que está prevista no seu artigo quinto, então nós não vamos rasgar a constituição federal.

Ok, marca o inciso segundo, por favor, marca lá para o plenário identificar o que ele vai votar. Marca o texto, garantindo cota de participação dos segmentos, já foi feita a defesa, pessoal calma, a companheira aqui está apresentando uma questão de ordem. Eu vou entender como questão de ordem, que não pode suprimir parcialmente o texto, essa é a questão de ordem dela. Pessoal, aprendem a escutar que a mesa vai encaminhar a questão de ordem das companheiras... A questão de ordem dela é que não se pode suprimir parte do texto, só pode suprimir o texto todo. Então a gente vai colocar isso para o plenário decidir, está certo? Viu companheiro, eu estou colocando a questão de ordem de vocês... Vamos colocar a questão de ordem da companheira em votação, se o plenário, vamos colocar a questão de ordem da companheira em votação, se pode suprimir a parte do texto... vou colocar a questão de ordem em votação... em regime de votação, vamos votar a questão de ordem das companheiras se esse plenário concorda em suprimir parte ou não do texto. Quem concorda em não suprimir, só pode suprimir o texto todo, que é a proposta das companheiras, levante o crachá. Pode baixar. Quem concorda que pode suprimir incisos do texto, levanta o crachá. Olha só pessoal, eu não estou mudando o regulamento. Tem uma questão de ordem aqui do companheiro que eu

vou colocar em votação, eu vou colocar a sua proposta em votação. Pessoal, vamos acalmar, tá? Pessoal tem uma questão de ordem apresentada pelo delegado aqui que a gente precisa de colocar em votação. O companheiro está apresentando a seguinte questão de ordem, que a coordenação da mesa seja substituída e a gente vai colocar em votação. Quem concorda que a coordenação da mesa seja substituída, levanta o crachá. Está, pode abaixar. Quem é contrário? Quem se abstém? Está bom companheiro? Nós vamos colocar em votação tudo pro plenário... Nós estamos tratando de supressão, essa redação não é uma redação corrida, ela não é proposta única... essa redação pegaram três propostas e colocaram dentro de uma única...

Eu quero colocar um encaminhamento à mesa, a regra tem que ser válida do início até o final do jogo, não se muda a regra no meio do jogo. Não sou contrária que se coloque em votação, mas o colega lá, não sei quem ali levantou a questão dos municípios, estadual e federal, acredito eu que ele queria colocar algum item "não, não pode..." deveria ter consultado a plenária. Aí na segunda questão de ordem, como convém, coloca na plenária... então seja coerente do início até o final, nós não podemos mudar a regra do jogo...

Pessoal, vamos lá, eu queria combinar com a turma ali... consenso da mesa, é consenso da mesa, é que supressão é supressão... pra suprimir tem que suprimir toda a proposta, está certo? Esse é consenso da mesa, pegando o regulamento, observando o regulamento que a gente aprovou no primeiro dia, está certo?

Querida dialogar com a mesa, primeiro o plenário aqui já votou pela supressão parcial, portanto é o plenário que decide, não a mesa, obrigado.

Encaminhamento do plenário... Landa, a mesa tem um entendimento, o entendimento da mesa é unanime, está certo? Que nós temos que seguir o regulamento, o regulamento foi aprovado, então a gente vai colocar em votação a supressão da proposta como um todo. Está certo? Esse é o entendimento da mesa... Pessoal, vamos parar com grito... vamos dialogar...

Calma pessoal... Calma por favor...

Pessoal, eu queria dialogar com a plenária, mas do mesmo jeito que os companheiros pedem respeito...

Calma companheiro... vamos dialogar... você está muito nervoso companheiro, você precisa de se acalmar...

Pessoal, vamos lá, vamos tocar a vida... Em regime de votação nós vamos votar a supressão do parágrafo todo... garantindo a participação de cota de gênero, grupos étnicos, LGBT, povos e comunidades no conselho das cidades... vamos colocar em votação... Seguindo a deliberação do plenário, quem concorda em manter o texto, levanta o crachá...

Eu peço que seja revista porque se aprovar a supressão integral do texto vai prejudicar o texto, fica por parte, tem que ser votado o destaque, a supressão... Se votar o parágrafo inteiro prejudica o texto...

Mas é isso que a mesa está votando, o destaque está sublinhado...

Questão de ordem, quando o regulamento diz supressivo, o que ele quer dizer é que não pode adicionar nada e nem trocar, suprimir não significa tudo, é suprimir partes, se houver dupla interpretação, esse plenário tem plenos poderes para dirimir a dúvida. O plenário vai dizer se a supressão é parcial ou se é total, plenos poderes para o plenário...

Só um minutinho, por favor...

Vamos lá companheiros, eu queria fazer uma explicação para encaminhar a votação, está certo? O que que está acontecendo nessa proposta, por que é que a mesa acatou parte da supressão... Porque por artifício de sistematização, pegaram três propostas e colocaram só em uma, três coisas diferentes... sobe um pouquinho a tela... o um que deveria ser uma proposta...

“Garantindo a representação majoritária da sociedade civil, conforme a proporcionalidade já adotada no conselho nacional das cidades”.

Essa era uma proposta, aí depois eles pegaram uma segunda proposta...

“Garantindo cotas de participação dos segmentos de gênero, grupos étnicos e LGBT...”

Essa é a segunda proposta, aí a terceira proposta...

“Fortalecendo o poder de deliberação dos conselhos das cidades nas decisões de políticas urbanas intersetoriais...”

A terceira proposta, ainda tem a quarta proposta... Isso foi artifício de sistematização, porque uma coisa não dialoga com a outra... são quatro propostas diferentes em uma só... Foi com esse entendimento que a mesa garantiu o destaque em uma proposta toda, porque isso foi artifício de sistematização. Pessoal, o

companheiro aqui apresentou uma questão de ordem, que eu acho que resolve, que é de pegar os companheiros que destacaram a proposta, saírem aqui pro lado três e três, discutir o entendimento e trazer aqui para a mesa, enquanto isso a gente toca a outra proposta, pode ser?

Pode ser esse entendimento? Proposta vinte e cinco: “Informação, controle e monitoramento: 1) garantir apoio técnico e financeiro aos estados, Distrito Federal e municípios para desenvolvimento de sistemas de informações e monitoramento das políticas de planos setoriais urbanos; 2) implementação de observatórios sociais e 3) formação e capacitação de conselheiros, agentes públicos e sociais”.

Algum destaque? Não tem destaque, está aprovada, próxima... A vinte e quatro a gente vota quando voltar o entendimento ali do grupo, tá?

Grupo seis: Política Territorial e Regularização Fundiária: “Ampliar a disponibilização de recursos técnicos e financeiros para a elaboração, revisão e implementação dos planos diretores municipais, inclusive para os pequenos municípios e dos planos diretores metropolitanos, assim como das legislações complementares e projetos estratégicos, garantindo e condicionando os recursos do ministério das cidades, a regulamentação e implementação dos instrumentos do estatuto das cidades na sua integralidade no prazo de dois anos, a partir da quinta conferência nacional das cidades”.

Algum destaque? Tem alguém para manter o texto? Passa o microfone para o companheiro...

O destaque é para a supressão da palavra “inclusive”, ampliar a disponibilização e recursos técnicos e financeiros para os pequenos municípios que tem a maior dificuldade de aplicar o plano diretor.

Isso é emenda modificativa, não pode... Companheiro, isso é emenda modificativa, isso não pode, é só supressiva... Nós não pedimos... a emenda vinte e quatro ainda nem voltou companheira...

A emenda vinte e quatro está lá sendo discutida, é outra coisa...

As emendas são supressivas, somente só...

Bom dia, companheiros, sou aqui de São Paulo, baixada santista, o meu entendimento, além de ser o entendimento da mesa, é o seguinte, se nós mudarmos as regras do jogo nesse momento, permitindo que haja supressão em parte do texto, joga por terra todas as votações até agora efetivadas...

Está correto, a mesa tem esse entendimento também, nós vamos votar tudo desse jeito, está correto, a mesa tem o mesmo entendimento, isso já foi acordado na mesa o mesmo entendimento. Eu queria saber se o companheiro mantém o destaque dele... não mantendo está aprovada, próxima...

Proposta vinte e sete “apresentar projeto de lei até 30 de junho de 2014 para institucionalizar o sistema nacional de desenvolvimento urbano SNDU, contemplando os demais instrumentos que o compõe, como o plano nacional de desenvolvimento urbano o PNDU, planos setoriais, o fundo nacional de desenvolvimento urbano o FNDU e demais instrumentos da política de habitação, saneamento, acessibilidade, trânsito, transporte e mobilidade de forma transversal e integrada e estabelecendo prazos, metas e criando mecanismos e instrumentos para garantir o acesso e a otimização da aplicação integrada dos fundos específicos, bem como a efetivação do planejamento urbano e ordenamento territorial, incentivando a formação de consórcios municipais, se utilizando ainda de amplas campanhas de divulgação, inclusive nos meios e comunicação, qualificando os gestores e movimentos sociais, afim de promover a redução das desigualdades regionais e a promoção da reforma urbana”.

Algum destaque? Não tem destaque, está aprovada.

Proposta vinte e oito, “promover a regulação fundiária plena de áreas públicas e privadas, ampliando e facilitando o apoio técnico e financeiro para organização de cadastros locais de imóveis e estruturação de programas estaduais e municipais e implantação de infraestrutura e equipamentos sociais urbanos e capacitação dos agentes envolvidos, especialmente os oficiais de registro de imóveis e técnicos municipais, assim como buscar mecanismos junto ao judiciário para o cumprimento do marco legal da regularização fundiária, lei 6115 e 11957 de forma a tornar o registro ágil e acessível”.

Algum destaque? Não tem destaque, está aprovada, próxima...

Proposta vinte e nove “Realizar um censo fundiário elaborado de forma democrática, transparente, com acesso público para mapear os vazios urbanos e os imóveis desocupados em áreas públicas e privadas, este censo deve ser relacionado a um cadastro único nacional para acesso à moradia de interesse social com a participação de todas as esferas”.

Algum destaque? Não tem destaque, está aprovada, próxima...

Proposta trinta “instituir e implementar até o final de 2014 a política de mediação e prevenção de conflitos fundiários, de maneira a evitar despejos e situações de violências em áreas urbanas e rurais, assegurando assistência técnica, assistência jurídica e apoio financeiro às comunidades atingidas e a suspensão imediata pelo ministério das cidades de repasse de recursos para projetos e empreendimentos que ensejam remoções sem prévio plano democrático de reassentamento à proposição de projeto de lei, segundo o qual, em situações de conflitos fundiários, não seja concedida a reintegração de posse sem garantia de audiência de mediação e comprovação de cumprimento da função social da propriedade, a proposição de projeto de lei estabelecendo regime jurídico de posse social de maneira a concretizar plenamente o direito à moradia digna”.

Algum destaque? Não tem destaque, está aprovada, próxima...

Grupo sete Habitação, proposta trinta e um, “Que o Ministério das Cidades reavalie as especificações e valores das unidades habitacionais do programa nacional de habitação rural, PNHR à realidade social, financeira e cultural da população ribeirinha, de várzea e povos da floresta dos municípios localizados na região amazônica e demais regiões do país, priorizando... (manifestação na plenária).

Calma Carlos... pessoal, vamos só colocar o que que o Carlos está dizendo aqui para a mesa. O Carlos fazia parte do grupo, participou da discussão do grupo, ele está dizendo que a proposta não está do jeito que foi discutido no grupo, é isso Carlos? Está certo, calma Carlos, nós vamos abrir para você apresentar o teu entendimento para o plenário do que era que estava no grupo, ok? Ok Carlos?

Ó, no meu grupo... a gente debateu que era para tirar determinada coisa lá no grupo, quando vem aqui no plenário, está no texto uma coisa que lá no nosso grupo nós deliberamos que não era para estar no texto e está no texto. Ou nós do grupo lá no texto tira de lá e vai para o plenário uma coisa que não era para discutir...

Carlos, olhe para mim meu querido, qual é a proposta é a 34? Carlos eu vou pedir para a relatora do grupo vir aqui e aí você vai discutir com a relatora do grupo, eu queria que a relatora de habitação viesse aqui e conversasse com o Carlos, Ivaniza... Então vamos seguir ok?

(Avisos)

Calma gente, calma gente... (agitação no plenário)

Pedi pros companheiros descerem...

O socorrista já chegou... O companheiro Carlos já está sendo atendido... Ele já está sendo socorrido aqui, vamos deixar só quem está socorrendo aqui...

Por favor vamos descer pra gente continuar o nosso trabalho... Vamos descer quem não tem nada haver com que está acontecendo aqui...

Carlos você vai falar no microfone, Gorete passa o microfone para o Carlos. Companheiro Carlos, deixa eu fazer uma consulta com você, você quer falar agora ou você quer que eu suspenda essa parte para você falar depois? Vamos lá Carlos...

Eu vou conversar com a Graça aqui, eu quero falar depois da mudança do regulamento porque violaram os nossos direitos.

Só um minutinho, companheiro...

Vamos lá pessoal, vamos continuar, quando chegar na proposta trinta e quatro, que o Carlos tem um entendimento e para esclarecimento do plenário, o Carlos foi o coordenador do grupo dele, ele foi o coordenador do grupo, ele detectou um erro de sistematização na proposta trinta e quatro. Quando chegar na proposta trinta e quatro nós vamos pula-la enquanto ele está discutindo lá com a relatoria e depois eles vão trazer e a gente aprecia, ok? Então vamos lá para a proposta trinta e um.

Proposta trinta e um “Que o Ministério das Cidades reavalie as especificações e valores das unidades habitacionais do programa nacional de habitação rural, PNHR à realidade social, financeira e cultural da população ribeirinha, de várzea e povos da floresta dos municípios localizados na região amazônica e demais regiões do país, priorizando municípios caracterizados como área de risco, de proteção ambiental e localizados em região de fronteira, permitindo as adaptações necessárias e promovendo revisão na questão documental, desburocratizando o programa nacional de habitação rural PNHR, validando documentações emitidas por órgãos da administração pública referentes à posse mansa e demais órgãos pertinentes”.

Algum destaque? Não tem destaque, está aprovada, próxima.

Proposta trinta e dois, “Definir como área da UH até 60m quadrados de área construída rural e urbana, permitindo o ajuste às características e necessidades das famílias cadastradas, incluindo três dormitórios no caso de famílias com mais de cinco membros, tecnologia sustentáveis e cômodos para estudo e oferecendo padrões mínimos de sustentabilidade, acessibilidade e segurança viabilizados pela participação dos estados e/ou municípios o valor do financiamento da habitação”.

Algum destaque? Tem um destaque lá para o companheiro, tem alguém que mantenha o texto? Dá o microfone para o companheiro defender a supressão. Tem alguém que mantenha o texto.

Nós não podemos definir como área de unidade habitacional até 60 metros quadrados, o que que é isso? Nós estamos caminhando para trás, tem gente no país construindo com até 89 metros quadrados, não podemos restringir benefício para a nossa população, é pela supressão.

Companheira para defender a manutenção do texto, ela vai defender o texto Gorete. Gorete, passa o microfone para ela defender o texto...

Pra fazer um esclarecimento sobre a região norte, eu ia defender se fosse a supressão dos 60, mas já que é pra aumentar eu concordo com o companheiro.

Vamos lá, proposta um manutenção do texto, proposta dois supressão do texto. Quem vota na proposta um, manutenção do texto, levante o crachá. Pode baixar. Quem vota na proposta dois supressão do texto, levante o crachá. Pode baixar. Abstenções? Está suprimido o texto.

Proposta trinta e três “aplicar os instrumentos do estatuto das cidades de forma a garantir a destinação dos terrenos e imóveis desocupados para a produção habitacional para a população de baixa renda, bem como utilizar terrenos e imóveis ociosos do poder público, em todas as três esferas para o mesmo fim, priorizando-se a de maior vulnerabilidade social”.

Algum destaque? Destaques... alguém vai defender o texto? Companheiros, eu já vi, está lendo o texto... eu já vi... Companheiros, nós vamos suspender a trinta e quatro até os companheiros da relatoria...

Miguel, a questão de ordem é a seguinte, nós queremos resolver a vinte e quatro regimental porque a nossa proposta, se for passar para a plenária vai até o final... por isso que nós estamos querendo resolver a vinte e quatro que tem encaminhamentos que servem para o resto dos textos, essa é a questão de ordem.

O que está acontecendo ali, a mesa por equívoco colocou em votação do pleno a supressão parcial de um inciso segundo, foi aprovado, aí de, pois disseram que não pode por causa do regimento. Aí depois o que aconteceu, foi decidido que essa questão do regimento seria votado se poderia ser modificado e se pudesse ser modificado seria votado se poderia ter a supressão total ou parcial, porque tem casos que você não tem que suprimir tudo, só um pedacinho e isso é só um inciso,

então a questão é essa, tem que se respeitar e botar em votação, porque isso vai se decidir tudo que está sendo votado em diante. Então tem que sair agora essa votação para o pleno decidir...

Mesa, a questão de ordem é a seguinte, nós queremos votar, uma proposta de mexer no regimento, a questão de ordem é essa, nós entendemos que deve ser... encaminhamento primeiro para a mesa, se mexe ou não mexe no regimento, se o plenário autorizar mexer... Nós queremos propor um segundo encaminhamento, que é a questão no item aonde diz que o levantamento dos destaques deverão ser feitos durante a leitura das propostas sobre a supressão total, nós queremos propor, se o plenário aceitar, a supressão parcial, esse é o encaminhamento que nós queremos propor para a mesa.

Vamos lá pessoal, a questão de ordem apresentada ali para o grupo, eles estão fazendo um recurso de votação para o plenário, para fazer uma emenda ao regimento, que o regimento permita que a supressão... eu tenho que ouvir isso e passar para o plenário... eles estão fazendo uma questão de ordem, a questão de ordem é um recurso de votação ao regulamento já aprovado, no artigo que vai falar, no artigo quatorze, que normatiza a plenária final, que diz que as votações só são de supressão, o item dois do artigo quatorze, eles querem fazer um recurso modificando o regulamento para que a plenária permita que possa ter emenda modificativa, é isso... Qualquer supressão que você vai fazer, você vai modificar a proposta, então é que o regimento passe a ter emenda supressiva e emenda modificativa, é isso que os companheiros querem... Supressão parcial é modificação da proposta. Tem delegado contrário à proposta... Gorete, passa o microfone para a companheira aqui que ela vai defender contrária à proposta... essa de branco aqui Gorete...

Ana Carolina de Franco da Rocha São Paulo, eu quero defender contra a proposta da gente fatiar pra poder votar, nós estamos votando desde o dia vinte coisas e nós só estamos votando para suprimir ou para manter. Agora no último dia, no último documento nós vamos mudar a regra do jogo? A gente está aqui fazendo o que? Papel de palhaço?

Questão de ordem, olha pessoal, nós já votamos até a vinte e quatro de uma maneira, até a vinte e quatro era supressão total, teve companheiro que quis fazer a supressão parcial, a mesa não permitiu, se nós mudarmos agora, nós vamos ter que votar desde a primeira novamente porque não podemos fazer a metade de um jeito e a metade de outro. Como é que nós vamos mudar? Como é que as vinte e quatro

primeiras não foi possível, foi de um jeito... Como é que as outras vão ser de outro jeito? Isso virou uma bagunça.

Ok pessoal, entendido? Tem divergência na questão de ordem, nós vamos votar, está certo? Pessoal, divergência em conferência se decide com crachá... Está certo?

Gente, a relatoria está reconhecendo que expressão PAC está aí indevidamente, não entendam porque a gente tem que votar nada, se ela reconhece, tira... Gente, toda essa confusão começou quando o Carlos falou da trinta e quatro...

Marly... vamos lá pessoal... a proposta um... Carlos só um minutinho, tá? A proposta um é a manutenção do regulamento do jeito que ele está, do jeito que ele foi aprovado no primeiro dia, a proposta dois é a modificação do regulamento, está certo? Quem vota na proposta um, manutenção do regulamento, levanta o crachá, pode baixar. Quem vota na proposta dois, modificação, pode baixar. Abstencões? Está mantido o regulamento, as emendas são supressivas como um todo. Companheira Marly e companheiro César, quando chegar na proposta trinta e quatro, a mesa vai ouvir a relatoria, mas só quando chegar na proposta trinta e quatro, ainda não chegamos...

Proposta trinta e três “aplicar os instrumentos do estatuto das cidades de forma a garantir a destinação dos terrenos e imóveis desocupados para a produção habitacional, para a população de baixa renda, bem como utilizar terrenos e imóveis ociosos do poder público, em todas as três esferas para o mesmo fim, priorizando-se a de maior vulnerabilidade social”.

Algum destaque? Não tendo destaque, está aprovada. Trinta e quatro. Agora eu queria que o relator César... deixa o César subir, deixa a Ivaniza, segurança, olha pra mesa aqui, eu estou deixando os dois subirem... por favor os dois subirem, vem cá na mesa, esse são os relatores do grupo 34, eles vão explicar... Cadê o Carlos?

Pessoal, vamos prestar atenção agora na relatoria sobre essa proposta trinta e quatro, por favor. Delegadas e delegados, eu, no grupo sete, que era das propostas que tratavam do um ao dezoito e que das cinco elencadas que hoje vieram para esse plenário, como a proposta trinta e quatro, quando discutimos a questão do Minha Casa, Minha Vida e se colocou e PAC, eu estava na relatoria digitando e quando foi proposto, eu digitei e botei para que o plenário pudesse ler, foi reprovado, eu não deletei e entreguei a Ivaniza de forma equivocada. Mas quem estava no grupo sabe, inclusive quem fez a proposta que retirou, eu acho que tem que ter um pouquinho de confiança e bom censo de quem estava naquele grupo, na

coordenação que era a Júlia e eu que era o relator e o companheiro que fez a proposta, que foi suprimida. E eu de forma equivocada entreguei a Ivaniza com a palavra PAC, mas está retirada a palavra PAC.

Ok César, obrigado. Carlos, passar o microfone para o Carlos, pedir para a sistematização retirar a palavra PAC... Pode falar Carlos...

Bom, porque o seguinte, às vezes... como eu tenho toxoplasmose e a doença sobe no cérebro... não fica dando risada na minha cara não... como eu tenho toxoplasmose, que é uma doença de animal, gato e cachorro, que dá na vista, às vezes eu me altero mesmo. Se no grupo foi dito e chega aqui é outra, mas como já foi esclarecido, em nome da frente popular de favelas, eu peço desculpas a todos pela alteração (aplausos).

Então vamos ler Wanderlei...

Proposta trinta e quatro, “ dar continuidade ao programa Minha Casa, Minha Vida articulando com as políticas de desenvolvimento urbano, com participação e controle social, reduzindo os seus entraves burocráticos e substituir, através de meios adequados e céleres, as construtoras que interromperem, por sua exclusiva responsabilidade e sem justificativa, a execução do projeto em andamento por mais de sessenta dias para que o beneficiário não seja prejudicado e racionalizando os recursos ampliando a sua abrangência não se restringindo apenas a sua construção de unidade habitacionais, como também a regularização fundiária e a implementação de projetos de urbanização da área imediata, criando vetores de expansão urbana planejados, evitando criar áreas de exclusão e que tenha financiamento para implantação de infraestrutura e equipamentos públicos, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da comunidade”.

Algum destaque? Não tendo destaque está aprovado.

Proposta trinta e cinco “No que tange a urbanização de assentamentos precários a ECNH tem a obrigação de propor a elaboração e promover a implementação de programas de apoio logístico e de aporte financeiro ao setor público e entidades civis sem fins lucrativos com o objetivo de melhorar as condições de habitabilidade dos mesmo e ampliar o acesso à moradia digna, priorizando o reassentamento em áreas próximas aos locais de remoção das famílias em áreas de risco e preservação ambiental, priorizando a regularização fundiária e a consolidação das famílias no locais onde estão instaladas, ações de apoio aos estados, DF e municípios no desenvolvimento de medidas para a regularização fundiária, segurança, salubridade

e habitabilidade de populações localizadas em áreas inadequadas para morar e em situações de risco, de forma integrada e coadjuvante às outras secretarias finalísticas, dentre essas ações deve ser reforçada a fiscalização e a aplicação de leis com a atuação de três esferas de governo e de assistência técnica quando da construção de moradia para a população de baixa renda”.

Algum destaque? Destaque... tem alguém que mantenha o texto? Passa Gorete para ela apresentar o destaque...

Bom, eu queria pedir de novo a presença do relator do grupo aqui porque tem mais um erro de relatoria, ele não deletou a proposta que não passou e juntou as duas propostas de emenda em uma só, a proposta que passou ontem de emenda foi: “priorizando a regulação fundiária e a consolidação das famílias nos locais onde estão instaladas e só”. A parte em que fala “priorizando o reassentamento em áreas próximas ao local de remoção, em áreas de risco e preservação ambiental” não passou no grupo.

Jane, você está dizendo que a proposta está errada?

Está errada.

Então eu vou fazer a mesma coisa com a trinta e quatro, vou suspender, chamar a relatoria do grupo aqui para poder depois... volta lá depois, vamos para a próxima...

Grupo oito, Habitação dois...

Só um minutinho Wanderlei, pessoal, vamos votar a vinte e quatro logo... companheiro vai na vinte e quatro...

Miguel, vinte e quatro, pela supressão...

Vamos lá... nós vamos reler e... companheiro César, relator do grupo de habitação estão lhe chamando aqui ao lado do palco... Lembrando para os segmentos que eles tem que entregar agora a ata da eleição dos seus, do conselho nacional para o Léo ou para a Teresa do Ministério das Cidades lá no credenciamento, daqui há pouco esse plenário vai homologar a eleição e para isso nós precisamos das atas.

(avisos)

Proposta Vinte e quatro: composição e atribuição do conselho das cidades “promover a reestruturação de todos os conselhos municipais e estaduais das cidades: 1) garantindo a representação majoritária da sociedade civil, conforme a proporcionalidade já adotada no conselho nacional das cidades; 2) garantindo cota

de participação nos segmentos de gênero, grupos étnicos e LGBT, povos e comunidades tradicionais nos conselhos das cidades; 3) fortalecendo o poder de deliberação dos conselhos das cidades nas decisões das políticas públicas intersetoriais, habitação, saneamento, infraestrutura, planejamento urbano, ordenamento territorial, transporte e mobilidade; 4) tornando vinculantes para as ações do ministério das cidades as resoluções do conselho nacional das cidades aprovadas com quórum qualificado”.

Tem algum destaque? Dois destaques, alguém mantém o texto? Vamos apresentar o destaque.

O nosso destaque é pela supressão total do texto.

A companheira lá...

Bom dia a todas as mulheres, eu sou Iris sou assistente social do estado do Paraná, eu só gostaria de me dirigir principalmente às mulheres dessa plenária, nós sabemos da nossa luta por direitos iguais, se vocês forem analisar o número de prefeitos, vereadores, deputados que existem hoje, que tomam a decisão em todos os sistemas e nós mulheres sobram a execução do que eles decidem... Eu peço para as mulheres dessa plenária manterem essa proposta porque é dentro desses espaços gente, que nós temos que lutar e militar pelos direitos iguais. Então eu sou a favor da manutenção dessa proposta porque trata da classe das minorias e principalmente da igualdade de gênero, nós mulheres temos que começar a militar sim em todas as áreas para também ter o direito de decidir, não só de executar o que os homens decidem, obrigada.

Obrigado companheira, proposta um manutenção do texto, proposta dois, supressão do texto. Crachá na mão, quem vota na proposta um, manutenção do texto, levanta o crachá. Proposta um, manutenção do texto, quem vota na manutenção do texto, levanta o crachá, pode baixar. Quem vota na proposta dois, supressão do texto, levanta o crachá. Está mantido o texto (aplausos). Próxima.

Proposta trinta e cinco, “no que tange à urbanização de assentamentos precários, a SNH tem a obrigação de propor a elaboração e promover a implementação de programas de apoio logístico e de aporte financeiro ao setor público e entidades civis sem fins lucrativos, com o objetivo de melhorar as condições de habitabilidade dos mesmos e ampliar o acesso à moradia digna, priorizando o reassentamento em áreas próximas aos locais de remoção das famílias em áreas de risco e preservação ambiental, priorizando... Ah... a da trinta e cinco que está checando... desculpa

então... grupo oito, habitação dois, proposta trinta e seis “garantir e fortalecer o sistema nacional de habitação de interesse social, SNHI, possibilitando que os projetos advindos do programa Minha Casa, Minha Vida, PNCVM sejam acompanhados pelo conselho das cidades que deverão avaliar a adequação dos mesmos ao PLHIS, garantindo assim, melhor controle social a transparência, bem como atender aos mais necessitados segundo as especificidades locais e regionais”.

Algum destaque? Não tem destaque, está aprovada, próxima.

Proposta trinta e sete “encaminhar pedido ao congresso nacional para agilize e vote a lei que assegura percentual de recursos fixos em orçamento a exemplo de educação e saúde para a produção e provisão habitacional de interesse social em suas várias modalidades, visando acabar com déficit habitacional de todo país, PEC da moradia”.

Algum destaque? Não tem destaque, está aprovada, próxima.

Proposta trinta e oito “diversificar e incorporar outras soluções de atendimento habitacional, além dos programas existentes com previsão de recursos e implementação de assistência técnica quando for o caso: a) locação social; b) financiamento para lotes urbanizados; c) financiamento para lotes individuais; d) reforma de unidades habitacionais de prédios vazios e urbanos, permitindo a inclusão de beneficiários nos programas PSH e das resoluções 460 e 518, com assistência técnica e regularização fundiária individual e coletiva”.

Algum destaque? Não tem destaque, está aprovada, próxima.

Proposta trinta e nove...

Tem destaque? Calma... calma tem um destaque, a mesa não viu a luz aqui atrapalha... Tem alguém que mantenha o texto vem pra cá...

Quando fala em assistência técnica, nós temos que falar em assistência técnica gratuita porque é o projeto 11888, não é simplesmente assistência técnica, é assistência técnica gratuita.

Pessoal, não pode incluir, eu não vou considerar o destaque, a proposta está aprovada do jeito que ela veio da redação, próxima.

Proposta trinta e nove “fazer valer os instrumentos de planejamento habitacional como critério de priorização para a seleção de projetos: a) parâmetros e diretrizes para o plano nacional de habitação PLANAB; b) estágio de implementação do plano

diretor e leis de uso e ocupação do solo específicas; c) estágio de implementação do PLHIS; d) PLHIS integrado com planos setoriais de saneamento, resíduos e transportes; e) incorporar ao PLANAB os programas PMCMV e PAC voltados à urbanização de assentamentos precários vinculados ou não à produção de habitação de interesse social”.

Algum destaque? Não tem destaque, está aprovada, próxima. Pessoal da trinta e cinco vir para cá porque essa é a última proposta que vai ser apreciada pelo plenário.

Proposta quarenta “alteração da portaria 610 m. cidades para as cidades que tem conselho de habitação e política municipal de habitação, garantindo às famílias organizadas em associações formais ou não e assentamentos informais sejam dispensados de participar dos sorteios”.

Algum destaque? Se não tem destaque está aprovada, próxima... Opa, desculpa... Márcia, tem alguém que mantém o texto? Se tiver alguém que mantém o texto vem logo pra cá...

É o seguinte, eu queria dizer que essa proposta tem um parágrafo que não contempla, a gente aprovou que todos os municípios tem prazo pra criar o conselho das cidades e aqui está escrito o conselho de habitação, até quando nós vamos ficar aturando que tenha conselho de habitação negando o que nós viemos fazer em Brasília que é a criação do conselho das cidades. Então meus companheiros, nós tiramos a palavra similar do conselho, botamos consultivo e deliberativo, não tem conselho similar nos municípios, tem que fazer o conselho das cidades e garantir a participação popular. Eu defendo pela supressão dessa proposta pra que a gente possa legitimar o conselho das cidades.

Quem vai manter o texto? Jair, microfone para o companheiro para manter.

Bom dia gente, bom dia a mesa, está ouvindo gente? O retorno está ruim aqui... a gente defende essa proposta por que? Nós que estamos lá na base com as famílias necessitadas a gente sabe quem realmente está precisando de moradia e o sorteio é injusto porque, tem pessoas que estão casa, não precisam da moradia, simplesmente recebem um telefone dizendo, você foi sorteada, você tem uma casa para morar. Enquanto tem famílias que estão lá... mães cheias de filhos, estão morando de favor em área de risco, passando uma necessidade tremenda, não vão para o sorteio. Então por isso que a gente defende essa portaria de todas as

entidades, associações, conselhos... não participar do sorteio que é muito injusto para as nossas famílias que precisam realmente, obrigado.

Depois de conversar com o companheiro Tito, nós vamos retirar a proposta de supressão.

Obrigado Márcia, está aprovada a proposta então? A trinta e cinco, cadê a Júlia? Pode colocar na tela aí meu parceiro...

A proposta trinta e cinco, por favor, na tela...

Enquanto as companheiras preparam a proposta trinta e cinco, dá pra colocar na tela aquele resumo das moções? Não... O Yuri da relatoria vai informar sobre a emenda trinta e cinco, é isso?

Pessoal, então, a relatoria identificou um erro, que está tentando ser corrigido, está materializado na tela e a gente pede à mesa que coloque em votação com a alteração que foi identificada o erro da relatoria, ok?

Obrigado Yuri, já está valendo Ivaniza?

“No que tange a urbanização de assentamentos precários a SNH tem a atribuição de propor a elaboração e promover a implementação de programas de apoio logístico e de aporte financeiro ao setor público e a entidades civis sem fins lucrativos, com o objetivo de melhorar as condições de habitabilidade dos mesmos e ampliar o acesso à moradia digna pelo segmento da população de baixa renda, priorizando a regularização fundiária e a consolidação das famílias nos locais onde estão instaladas, ações de apoio aos estados, DF e municípios no desenvolvimento de medidas para a regularização fundiária, segurança, salubridade e habitabilidade de populações localizadas em áreas inadequadas para morar e em situações de risco, de forma integrada e coadjuvante a outras secretarias finalísticas, dentre as tais ações, deve ser reforçada a fiscalização e a aplicação de leis com atuação das três esferas de governo e de assistência técnica quando da construção de moradia para a população de baixa renda”.

Algum destaque? Não tem destaque está aprovada, e com isso a gente conclui o relatório das prioridades para o ministério, uma salva de palmas pra esse plenário (aplausos). Agora coloca na tela a tabela das moções. Pessoal, as moções que foram entregues em uma quantidade de quarenta e três moções, todas cumpriram o regulamento que foi aprovado por este plenário. A coordenação da conferência pediu para fazer um resumo das moções, vendo o resumo das moções, a mesa aqui toda

entende que não tem problema de uma moção contra a outra, uma moção não fere a outra. Aí nós vamos colocar na tela o resumo e vamos ler o resumo, se o plenário entender que na leitura do resumo, o plenário tem a mesma compreensão da mesa, a mesa está encaminhando então que a gente possa aprovar as quarenta e três moções em bloco, ok? Podemos acordar isso? Se o plenário tiver o mesmo entendimento que uma moção não fere a outra, a gente aprova as moções em bloco. Dito...

Só que teria o compromisso depois do conselho das cidades fazer novo conselho, dar dois encaminhamentos, dar a notícia do encaminhamento das moções para o segmento ou setor que solicitou, está certo? E dar encaminhamento real às moções porque a gente sempre fica com a sensação que isso aprova desse jeito e depois fica dentro de uma gaveta, só essa observação Miguel...

Ok, então o Dito está propondo que não é o novo conselho viu Dito, ainda é esse conselho porque a vigência dele é até junho... Dito está propondo então que o conselho das cidades dê publicidade e encaminhamento e comunique ao segmento que fez a moção, as providências que o conselho tomou, ok? Tem alguém contrário ao encaminhamento do Dito? Então nós vamos encaminhar dessa forma. Companheira quer uma questão de ordem.

Bom dia a todos e a todas, companheiro Dito, eu estou pedindo, porque ele pediu só pra entidade que fez a moção, mas eu acho que deve ser para todas as entidades presentes porque todos assinaram a moção.

Por isso que a gente está dizendo que a gente vai dar publicidade ao segmento, porque é mais amplo, ok? Então pronto pessoal, está na tela, o Wanderlei vai ler e se o plenário entender que uma não contemplou a outra, nós vamos votar em bloco, ok?

Vamos lá, lista de moções da quinta conferência nacional das cidades, "Inclusão do tema: garantia e segurança alimentar e nutricional das diretrizes da política nacional de desenvolvimento urbano", "Caixa Econômica, reabrir espaço semanal para a tiragem de dúvidas para as entidades sobre o PMCMV", Intersecção do M. Cidades junto ao governo do Amazonas sobre as indenizações dos moradores de palafitas e entrega de moradias", "Paridade de gênero na composição dos concidades", "Respeito à manutenção dos povos Caiçaras de Guarujá em suas terras originais", "Votação da PEC 90, inclusão do transporte como direito social", "Repudia a não convocação da conferência municipal de Belo Horizonte pela prefeitura local", "Apoio

à implementação do parque natural Rosinete Falcão em Pernambuco”, “Repúdio ao desrespeito ao estatuto das cidades e participação social”, “Repúdio ao arquivamento dos crimes de maio de 2006, ocorridos no Guarujá pelo ministério público”, “Repudia a privatização e mercantilização dos serviços públicos de saneamento e outros”, “Solicita a continuidade das investigações sobre o MCMV sub cinquenta”, “Lista uma série de solicitações para acometer a seca no nordeste”, “Repúdio ao judiciário amazonense que tem emitido reintegrações de posse e remoções de forma arbitrária”, “Solicita o aumento do quadro de arquitetos na máquina pública dos níveis nacional, estadual, municipal”, “Defende o transporte metroviário público e social”, “Manutenção da CBTU como uma empresa pública”, “Expansão das malhas metroviárias com expansão pública”, “Defesa da PEC 90 e gestão democrática da CBTU e TRANSURB”, “Repudia as parcerias público privadas e o consórcio celebrado para operação urbana no centro de Niterói”, “Repudia a implementação do projeto Linha Viva na cidade de Salvador-Bahia”, “Mudanças do PMCMV entidades e formulação do conselho curador do FVS, fim do limite de 30% para modalidade e de tamanho de municípios”, “Repudia a instalação de incineradores ou usinas verdes no estado de São Paulo para a queima de materiais recicláveis” “Reajuste a faixa do PMCMV entidades para até três salários mínimos com reajuste anual”, “Repúdio à situação da membro brasileira do Green Peace que estava presa na Rússia”, “Reclama a ausência das propostas do estado de Roraima na quinta conferência nacional das cidades e solicita providências à comissão de sistematização”, “Repúdio à falta de gestão democrática no plano diretor de Florianópolis”, “Solicita a áreas para dar suporte à estrutura às atividades de associações e grupos culturais”, “Cumprimento da lei 4771 de 65 em respeito aos quinze metros das APPs dos córregos urbanos do Brasil”, “Anistia da multa da relação anual de informações sociais”, “Solicita a criação de varas judiciais específicas para regularização fundiária no país”, “Solicita a compra e regularização fundiária de áreas da cidade de Lorena no estado de São Paulo por parte da Caixa Econômica, do M. Cidades e do governo municipal”, “Repudia o governo do Amazonas pela construção de conjuntos habitacionais sem oferecer os serviços básicos à população”, “Repudia a aquisição de aquecedores nas moradias do MCMV nas regiões norte e nordeste do país”, “Apoia a aprovação de PEC 285 de 2008, que destina 2% da receita da união e 1% da receita dos estados para o fundo nacional de habitação de interesse social”, “Repudia os despejos forçados e omissão do governo federal nas situações de conflito fundiários”, “Repudia...” aqui tem duas juntas, está repetido, então são quarenta e duas, tá? “Construção de hospital de referência no município de Parintins e criação do curso de medicina na

região do polo do baixo Amazonas”, “Repúdio ao prefeito de Barra do Garças em Mato Grosso que não tem respeitado os direitos dos movimentos comunitários”, “Reserva de recursos para custeamento de passagens para todos os delegados eleitos nas conferências estaduais”, “Melhoria para o município de Aracati no Ceará”, “Locação social para idosos no MCMV”, “Combate à violência para o alcance da reforma urbana”, “Manutenção dos ministérios da área social em especial o das cidades”. Ah desculpa, desculpa a trinta e cinco eu acabei pulando, desculpa... Eu vou ler a trinta e cinco que eu acabei pulando, desculpa... “Criação de um novo segmento que atenda às cooperativas habitacionais sem fins lucrativos”. Coloca a quarenta e três, por favor, para eu ler porque eu não tenho aqui no papel, “Solução dos problemas do conjunto Peixe Boi no MCMV no Novo Airão Amazonas”.

Pessoal, lido...

O seguinte, muito bem levantado pelo Gelson que está atento, nós queremos entender um pouco o conteúdo dessa moção que está propondo um segmento, um novo segmento de cooperativas... se é para ampliar o conselho, nós não entendemos... E a outra questão Miguel...

Nós vamos ler a moção trinta e cinco, estão pedindo esclarecimento... A moção trinta e cinco foi, Cooperativas habitacionais solicitam segmento próprio para melhor contribuir para o concidades, proposta “Criação de um novo segmento de classificação social que atenda às cooperativas habitacionais sem fins lucrativos e auto gestacionais, contemplando a participação na conferência das cidades municipais, estaduais e nacional, garantindo os mesmo direitos de proporcionalidade na eleição de delegados e conselheiros representantes. O novo segmento poderia ser chamado de entidades sociais cooperativistas, o propósito é corrigir a inserção atual das cooperativas habitacionais que hoje estão inseridas equivocadamente no segmento entidades empresariais. A quinta conferência nacional das cidades tem a oportunidade histórica de propiciar a este vasto segmento o disciplinamento correto de suas ações na política social das cidades. À contemplação visa respeitar, proteger, prover e preencher os espaços já ocupados por essas entidades no cenário nacional”.

O Dito pediu para conhecer a trinta e cinco, eu quero saber se o Dito mantém o destaque nela depois de lida. Mantém, está mantido o destaque. O Yuri pediu a quinze, eu vou ler a resolução de número quinze. A sua é a vinte?

Moção quinze “Os delegados reunidos em Brasília na quinta conferência nacional das cidades requerem dos poderes nacional, estaduais e municipais a ampliação do número de arquitetos e urbanistas em seus quadros, visando a melhoria das condições urbanas e a solução dos problemas de saneamento urbano na garantia do cumprimento da função social da propriedade, saneamento, mobilidade, patrimônio histórico e habitação”.

Ok? Mantém o destaque nela? A vinte... Perai meu amigo... você vai manter o destaque? Então pronto, está mantido aqui... Tem algum outro destaque em alguma outra moção? Qual? Tem algum outro destaque em alguma outra moção? Não, então eu queria propor o seguinte encaminhamento para o plenário, as demais moções, com exceção da vinte, da quinze e da trinta e cinco que a gente considere esse bloco de moções aprovado pelo plenário da conferência, quem concorda com essa proposta levante o crachá, pode baixar. Quem é contrário, levanta o crachá, pode baixar. Abstenções? Então as quarenta moções estão aprovadas (aplausos). Vamos agora para discussão das demais moções e vamos fazer por número, a moção de número quinze, quem vai apresentar o destaque na moção de número quinze, quem vai defender a moção. O destaque é supressivo, esse painel só tem destaque supressivo.

Bom, bom dia a todos, o destaque é sem ser contrário ao aumento dos profissionais que discutem a cidade, mas também não só os arquitetos e urbanistas que debatem a cidade, a cidade não é só de um segmento, então considerando também todos os outros profissionais que trabalham na cidade, consideramos que essa moção limita nesse sentido, então por isso pedimos esse destaque, obrigado.

Quem vai defender a moção?

Nós somos a favor da manutenção dessa proposta que foi encaminhada pela Federação Nacional dos Arquitetos, porque nós como arquitetos achamos que podemos prestar um grande serviço à sociedade, em especial na assistência técnica gratuita junto às prefeituras. E nosso interesse em especial é de beneficiar as cooperativas com assistência técnica gratuita, se os outros setores a engenharia, geólogos, geógrafos não se organizam e não vem para a reunião da conferência das cidades é um problema deles... Nós nos organizamos e somos a maior delegação, nós temos trinta e quatro arquitetos pela federação aqui defendendo os interesses da sociedade.

Nós obtivemos seiscentas e trinta assinaturas por esse plenário na moção apresentada para que pelo menos um arquiteto ocupem lugar...

Só fala uma pessoa na defesa, ok, em regime de votação... Em regime de votação, proposta um é a manutenção da moção, proposta dois é a supressão da moção. Quem vota a proposta um, manutenção da moção, levante o crachá, pode baixar. Quem vota na proposta dois, supressão da moção levanta o crachá. Está aprovada a moção (aplausos). Moção de número vinte, quem vai defender a moção de número vinte?

Pessoal, bom dia a todos e todas, bom dia a mesa, na verdade é sua uma correção, tem como evidenciar o texto? Só um momento por gentileza, na oportunidade vai ser ouvido a sua palavra... Só evidencia o texto...

Não tem o texto da moção na íntegra para vir para a tela.

Está um erro, foi dado um encaminhamento para São Paulo dela e ela não é de São Paulo, ela é encaminhada à região do grande ABC onde eu recebi nessa sexta feira, dois encaminhamentos da promotoria de Mauá e São Bernardo do Campo, uma deliberação de todos os procuradores federais da justiça na última conferência do meio ambiente, então ela é ABC estado de São Paulo e no país, não é em São Paulo que nós não queremos incineradores de recicláveis em todo o cenário nacional.

Este plenário, neste plenário não tem nem emenda modificativa e nem aditiva, ou é manter ou é excluir a moção, está certo? A mesa não criou texto, a mesa não fez moção, a coordenação não fez moção, a moção está aqui na íntegra, nós vamos votar a moção na íntegra ou nós vamos recusar a moção. A proposta um é manter a moção, a proposta dois é suprimir ele, quem vota na proposta um, manutenção da moção, levante o crachá, pode baixar. Quem vota na proposta dois supressão, levante o crachá, pode baixar. Abstencões? Está aprovada a moção. Moção de número trinta e cinco, quem vai defender a supressão? Gelson...

Então companheiros, companheiras, delegados e delegadas, nós estamos pedindo a supressão dessa moção porque há um equilíbrio construído no âmbito do concidades, claro que é importante a gente pensar inclusive como incluir novos atores nesse processo, não há reserva de mercado de participação no conselho nacional das cidades, mas esse processo precisa ser discutido e aprofundado. Há um certo segmento que não estão resolvidos, Miguelzinho, como o próprio segmento das cooperativas, não são movimento social, não são empresários e fica nessa

situação, mas a solução de propor um novo segmento é criar mais um problema. Então a minha proposta é a seguinte, pedimos a supressão dessa moção com o compromisso do próximo concidades resolver esses limbos que temos de composição e de representação no conselho nacional das cidades, mas nesse momento pedimos a supressão da moção com o compromisso de uma solução futura para esse problema.

Ok, quem vai defender, passa o microfone para o companheiro Dito.

Bom dia a todos e a todas, eu sou Paulo Franqueira, represento uma pequena cooperativa habitacional, auto-gestionária e sem fins lucrativos, vou repetir, auto-gestionária e sem fins lucrativos. Nós estamos nessa conferência, como nas conferências estaduais e municipais sem identidade. Hora nós somos empresários e hora nós somos movimento social, afinal de contas, o que que nós somos? Na visão de vocês se somos um processo cooperativista, associativista, qual é a nossa identidade? Então nos ajudem a resolver onde é que nós temos que ficar, onde é o nosso espaço de fato, se as ONGs tem o seu espaço, por que que o cooperativismo que no mundo um dos maiores espaços econômicos não pode ter o seu espaço, nossa moção teve 295 assinaturas, ok? Nós também queremos visibilidade, nós também queremos a possibilidade de estarmos no período das discussões que hoje estão privilegiadas para determinadas categorias, é só isso, obrigado.

Obrigado companheiro, em regime de votação. Proposta um é manutenção da moção, proposta dois é a supressão da moção. Quem vota na proposta um, manutenção da moção, levante o crachá, pode baixar. Quem vota na proposta dois, supressão da moção... Pessoal é consenso na mesa que não dá pra... inclusive com essa luz aqui, pedi pros companheiros rapidamente desligar essas duas luzes aqui, só pra gente ver a votação. Nós vamos repetir a votação... vamos desligar essa luz aqui pra nós, por favor, a outra também... Companheiros e companheiras, crachá na mão... Vamos lá, queria pedir pros dois companheiros que defenderam subir aqui... Vamos lá pessoal... crachá na mão. Proposta um é a manutenção da moção defendida pelo Paulo Roberto, proposta dois é a supressão. Quem vota na proposta um levanta o crachá, pode baixar. Quem vota na proposta dois, supressão da moção. Está aprovada a manutenção da moção (aplausos). Com isso a gente encerra o quadro das moções. Vamos passar para a homologação das entidades... (avisos). Agora a gente vai ler a composição do conselho por segmento, das entidades que comporão o próximo conselho, a partir do mês de junho do próximo ano, lembrando que este conselho tem mandato até junho.

Vamos lá, a homologação da constituição do próximo conselho nacional das cidades, que entrará em vigor a partir... depois do mês de junho, porque o mandato desse conselho atual vai até o mês de junho. Segmento dos movimentos populares, no primeiro período: União Nacional por Moradia Popular terá treze conselheiros, CONAM doze conselheiros que é a Confederação Nacional das Associações de Moradores, CMP Central de Movimentos Populares, onze conselheiros e MNLM Movimento Nacional de Luta pela Moradia dez conselheiros. No segundo período a União Nacional de Moradia Popular doze conselheiros, a CONAM doze conselheiros, CMP onze conselheiros e MNLM onze conselheiros. Chapa da entidade do segmento empresarial CBIC Câmara Brasileira da Indústria da Construção, o titular, suplente Associação Brasileira de Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto, ABICON, segundo titular, Confederação Nacional do Comércio CNC, suplente, Federação Nacional do CCOV FECCOV, terceiro titular Associação Brasileira de Cimento Portland ABCP, suplente, Associação Brasileira dos Fabricantes de Materiais e Equipamentos para Saneamento ASFAMAS, quarto titular Confederação Nacional das Indústrias CNI, suplente Associação Nacional dos Comerciantes de Material de Construção ANAMACO, quinto titular Câmara Brasileira da Indústria da Construção CBIC, suplente, Confederação Nacional da Micro e Pequena Empresa e Empreendedores Individuais CONAMP, sexto titular Confederação Nacional das Instituições Financeiras CNIF, suplente Associação Brasileira das Entidades de Crédito Mobiliário e Poupança ABCIP, sétimo titular Confederação Nacional do Transporte CNT, suplente Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos ANTU, oitavo titular Organização das Cooperativas Brasileiras OCB e suplente Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil CACB. Entidades profissionais, acadêmicas e pesquisa: titular IAB Instituto dos Arquitetos do Brasil e suplente ANEAC, segundo titular AGB, suplente ANTP, terceiro titular ABES, suplente AEAMESP, quarto titular ANPUR, suplente IBAP, sexto titular ABA e suplente ABEIG, quarto titular CAL, suplente CONFIA. Entidade dos Trabalhadores, titular, primeiro titular CUT, suplente Força Sindical, segundo titular CNTT, suplente CNTT, terceiro titular FNA, suplente Nova Central, quarto titular FENAI, suplente CUT, quinto titular FNE, suplente UGT, sexto titular FNU, suplente FNU, sétimo titular FNA, suplente CNTT, oitavo titular FISENG, suplente CTB. Segmento das ONGs, primeiro titular Habitar pela Humanidade, suplente Instituto Polis, segundo titular Ceará Periferia, suplente Fundação Bento Rubião, terceiro titular Terra de Direitos, suplentes CEDEC, quarto titular FASE, suplente Caritas. Poder público estadual executivo, legislativo o segmento do poder público estadual reuniu no dia 23/11 e

elegeu para composição do mandato as seguintes, a primeira vaga é de titular, a segunda é de suplente e depois observador dos nomes que eu vou falar. Primeira vaga UNALE, segunda vaga SMH DU, observador UNALE, segunda vaga titular Estados da Região Sul, terceira vaga titular Estados da Região Sudeste, quarta vaga titular Estados da Região Centro Oeste, quinta vaga titular Estados da Região Norte, sexta vaga Estados da Região Norte, Sétima Vaga titular Estados da Região Nordeste, Oitava vaga Estados da Região Nordeste, Nona vaga Estados da Região Nordeste, observações: os estados em cada vaga farão rodízio, no titularidade, suplência e observadores a cada reunião no concidades, o estado que não tiver com o conselho estadual funcionando só poderá ser observador. Executivo municipal, serão rodízio, Região Norte: ABC, ABM e Fórum no primeiro período, no segundo período será ABC, ABM e Fórum. Centro-oeste: no primeiro período FNP, CNM, ABC. No primeiro período região sul: CNM, CNM, CNM, no segundo período região sul: CNM, CNM, CNM. Primeiro período região nordeste: CNM, CONACE, FNP, segundo período região nordeste: FNP, CNM, CONACE, terceiro período da região nordeste: CNM, FNP, CONACE. Região sudeste: FNP, FNP, ABM a ACEMAI.

Está faltando chegar na mesa a ata do legislativo municipal, só um minutinho meu querido, vamos esperar a aclamação das entidades, depois da aclamação das entidades a gente vai passar a questão de ordem para você Carlos. Carlos, a questão de ordem é depois da aclamação do conselho (manifestação no plenário). Carlos, nós vamos passar a palavra para você, eu só preciso de homologar o conselho, depois disso você vai falar. Vamos lá pessoal, essas foram as atas que chegaram aqui, vamos homologar as atas que chegaram, essas são as entidades... quem concorda com as entidades... (manifestação no plenário). Vamos lá pessoal, delegados e delegadas com concordam com o resultado dos segmentos apresentados nessa mesa, levantem os seus crachás (aplausos). Delegados e delegadas que são contrários à essa homologação... Abstenções? Por unanimidade está homologada a composição do próximo conselho nacional das cidades (aplausos). Calma companheiro, eu vou passar, a mesa vai chamando aqui... Reforma Urbana! Reforma Urbana! Reforma Urbana!

Queremos convidar toda coordenação executiva da quinta conferência para subir aqui. Vou chamar aqui a coordenação executiva para subir ao palco, comissão nacional recursão e validação Carlos Antônio Vieira Fernandes, Eduardo Cosme de Almeida Cardoso, Élcio Singolo, Ênio Nonato de Oliveira, Evanildo Barbosa da Silva, Fernando Sasso Pigato, Gilberto Cardoso de Aguiar, Luís Antônio, Luiz Constant, Manuel Xavier, Lemos Filho, Marcelo Braga Edmundo, Marcos Antônio Landa de

Oliveira, Miguel Antônio Branda Cruz, Neide de Jesus Carvalho, Nilton Veloso Filho, Simone Inocência Teixeira. Comissão de metodologia e sistematização: Alexandre Henrique Queiroz Pacheco, Alan Cardoso Alcântara, André Queiroz Guimarães, Bartira Perpétua Lima da Costa, Carlos Antônio Vieira Fernandes, Carlos Roberto Camaceto, Eduardo Cosme de Almeida Cardoso, Expedito Solaney Ferreira de Magalhães, Fernando Sasso Pigato, Juarez Bispo Matheus, Larissa Garcia Campagner, Marcelo Braga Edmundo, Marcos Antônio Landa de Sousa, Maria de Lourdes Lopes Fonseca, Maria Henriqueta Arantes Ferreira Alves, Miguel Lobato Silva, Neide de Jesus Carvalho, Orlando dos Santos Junior, Raul Cofre Machado Carrion, Sérgio Luís Peroto, Yuri Silva Lima, Manuel Wanderley de Oliveira. Comissão de Infraestrutura e Logística: Eurico de Von Galharde, José Antônio Lanchott, José Roberto Venerando, Jurema da Silva Constâncio, Maria Clara da Silva Pereira, Maria de Abreu Vasconcelos, Maria Lúcia Leal Santos, Neuma Maria Lisboa, Wellington Oliveira Bernardo. Comissão de Mobilização e Divulgação: Abel Ferreira Leite Neto, Alcir Ferreira de Matos, Alexandre Araújo Godero Carlos, Alan Rodrigo Alcântara, Amélia Fernandes Costa, André Queiroz Guimarães, Ênio Nonato de Oliveira, Gilberto Cardoso de Aguiar, Erivelton Jamerson da Silva Bastos, Luciano Rosa Siqueira, Maria Inês Damasceno da Silva, Paulo Rubem Nascimento Coem e Simone Inocência Teixeira.

O Joel que pediu a questão de ordem, passa lá o microfone para ele apresentar a questão de ordem dele.

Reforme Urbana! Reforma Urbana! Reforma Urbana! (aplausos). Pedi para a coordenação permanecer aqui. O Carlos vai falar? Passa pro Carlos e depois pro Joel.

Mesa, mais uma vez... Miguel...

Por favor, presta atenção no que ele está falando, por favor...

Mais uma vez nós vamos para o aeroporto, nós vamos viajar, tem gente que vai viajar não sei quantos quilômetros, está tendo uma falta de respeito, a empresa cancelou os nossos almoços que é a questão da comida (aplausos). Nós queremos aqui... Já começou o desprezo desde o hotel lá até aqui, porque lá está parecendo regime semiaberto, bagunçou lá. Nós queremos que o conselho e os membros da comissão que organizou essa conferência, por favor, não deixa nós irmos embora com fome, libere a comida, é comida, arroz, feijão, é o que nós temos direito. Foi pago com o dinheiro do recurso federal, com o dinheiro dos impostos brasileiros.

Então, ninguém está aqui de graça. Nós viemos de longe, porque vocês todos fazem parte de movimento comunitário, são membros do conselho, então faça favor...

Ok, Carlos... Joel...

Assim Miguel, só queria pedir a atenção desse conselho, que da forma ditatorial que foi feito infelizmente a mesa a condução desse processo e a sua insensibilidade do fato do rapaz está sendo aqui... de forma errada ou certa e você continuando chamar a atenção do plenário e o rapaz em uma situação difícil aqui e você simplesmente ignora os fatos e manda a plenária acabar um negócio que nem começou direito. Infelizmente Miguel, eu repudio o seu ato de deixar o rapaz nessa situação e você chamar a plenária para fazer uma votação que já foi acordada há muito tempo. Era só isso viu meu companheiro.

Obrigado. Um minuto para o companheiro, última questão de ordem...

Boa tarde, bom dia! Senhoras e senhores, companheiras e companheiros, eu quero aqui lançar uma resolução de repúdio pela falta de consideração do ministério das cidades, ele que propôs estarmos aqui, a nos sacrificarmos e não deu nos atenção devida, colocando seminário internacional, não estando presente aqui que é a majoritariedade da ação, não estando ninguém representando aqui, simplesmente nos largando aqui para dar atenção ao seminário internacional, sendo que a importância é o Brasil. Sem isso aqui o Brasil não anda.

Poder público legislativo são os quatro efetivos e suplentes da FENAVRU. Então vou passar para o secretário executivo do ministério Carlos Vieira para prestar os esclarecimentos do ministério e fazer o encerramento dessa conferência.

Boa tarde a todos e a todas, aviso que tem um celular e um cartão do SUS... Senhoras e senhores, delegados e delegadas, o ministério das cidades promoveu um grande esforço no sentido de que nós tivéssemos o êxito com essa conferência. Nós tivemos um grande esforço de mobilização pela democracia participativa, com duzentas e quarenta mil participantes nas conferências municipais, tivemos dois mil e oitocentos municípios realizando a conferência com duzentas e quarenta mil participantes. Evidentemente que uma conferência dessa magnitude, que ela passa a ser a maior conferência já realizada no âmbito do ministério das cidades, do conselho nacional das cidades, essa conferência não foi e nunca será de pleno atendimento das expectativas dos conselheiros, principalmente em relação a algumas questões. O nosso objetivo foi atender da melhor forma possível. Nós sabemos com relação a alimentação, eu gostaria de falar com relação a

alimentação, nós temos a alimentação à disposição de vocês... (manifestação da plenária) Ok... ok... nós temos uma realidade jurídica pela qual o ministério responde, de qualquer forma, o nosso objetivo foi realizar a maior e melhor conferência possível. Os avanços que nós tivemos do ponto de vista, do sistema nacional de desenvolvimento urbano, com a assinatura da portaria que vai permitir a instalação do grupo interministerial com a participação do conselho das cidades pra gerar a proposta de encaminhamento do projeto de lei que efetivamente avançará na questão legal ela está posta, essa é a grande simbologia dessa conferência. As questões de natureza específica eu estou à disposição para discutir com vocês e conversar com vocês, desejo a todos um bom retorno às suas bases e encerro dizendo que, o êxito pela reforma urbana acontecerá, muito obrigado a todos pela participação.

Companheiros e companheiras, vamos voltar com a maior expectativa de criar o sistema nacional da política urbana, um grande abraço a todos, reforma urbana já, agora esse é o momento, parabéns a todos delegados, queremos agradecer em nome da comissão organizadora todas e todos delegados presentes nessa conferência que passaram várias dificuldades, nós sabemos disso e vamos resolver, parabéns a todos.

(AVISOS)